



DÍVIDA EXTERNA E PENÚRIA NACIONAL

Benjamin Medeiros

Neste artigo, o autor relembra os benefícios que os empréstimos externos trouxeram ao Brasil e propõe um tratamento a ser adotado para saldar a dívida assumida.

O Brasil tem memória curta. Na década de 70 e primeiros anos da década de 80, tomou dinheiro emprestado do estrangeiro aos borbotões.

Fez mau uso de parte desse dinheiro, mas pode-se dizer que, de modo geral, ele foi bem aplicado. Num simples rememorar, sem consulta a documentos, podem ser lembradas as seguintes realizações e seus duráveis benefícios, que usufruímos até hoje: usinas elétricas, que aumentaram nossa capacidade geradora, de 7 milhões para cerca de 45 milhões de quilowatts; dois excelentes metrô: Rio e São Paulo; sistemas modernos de trens elétricos suburbanos, em torno de Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife; construção de mais de trinta mil va-

gões ferroviários de carga, mais de seiscentas locomotivas, centenas de trens elétricos de subúrbios e de metrô; transformação de nossa frota mercante, de 1.2 milhões de toneladas de navios velhos para 9.4 bilhões de toneladas de navios novos de cabotagem e longo curso; expansão da produção de aço, de 6 milhões para 22 milhões ton/ano; início de vasto programa de usinas nucleares, então no zenith da preferência mundial; aumento de produção de petróleo bruto, de 170 mil para 600 mil barris/dia; construção de cinco portos de mar com respectivas instalações: Rio Grande, cais de containers de Santos e Rio, Sepetiba, Tubarão, Praia Mole, Camaçari, Ponta da Madera, Vila do Conde, e mais alguns portos privados,

como o da MBR, da Alcoa, e outros; os complexos de Carajás e da Mineração Amazonas para a exploração de minério de ferro e bauxita; usinas de produção de alumina e alumínio metálico; vasta expansão da produção de minério e pelotas no complexo da CVRD em Minas e Espírito Santo; diversas refinarias de petróleo; grandes conjuntos petroquímicos; a mal fadada ferrovia do aço; uma rede nacional de telefones, quase toda baseada em DDD e DDI, que possibilita hoje comunicação quase que instantânea entre quaisquer pontos do País e deste com o Mundo; um imenso progresso na produção de automóveis e caminhões e de uma poderosa indústria de autopeças, que hoje exporta mais de US\$2 bilhões por ano para o estrangeiro; uma poderosa indústria de máquinas-ferramentas que acompanhou as necessidades da indústria automobilística e a indústria de equipamento pesado; início de uma poderosa indústria de armamento; reequipamento da Marinha de Guerra com fragatas modernas; uma poderosa indústria aeronáutica, hoje mundialmente respeitada; estruturação da Pro-álcool, que hoje supre o País com o equivalente a trezentos mil barris de petróleo por dia, e assim por diante.

Clayton Yeuter, ex-secretário do comércio dos EUA, ao avaliar nosso País, declarou que o Brasil é, de todos os grandes países, o mais auto-suficiente: fora o petróleo e o carvão, importa apenas 3% de suas

necessidades. Construimos, assim, em grande parte, graças à dívida externa, este grande País que é o Brasil de hoje, ainda que mortificado pela desordem e pela má administração dos últimos cinco anos.

É bom que se saiba, também, que com um cálculo simples, pode ser demonstrado sem truques, nem facciosismo, que se forem somadas as seguintes parcelas: o excedente acumulado de US\$60 bilhões pagos, de 1973 a 1984, sobre o preço médio do petróleo de US\$1.6 por barril vigente em 1970; o excedente acumulado de US\$28 bilhões de juros pagos aos bancos estrangeiros sobre os juros de 6 a 8%, habituais na época em que grande parte dos contratos foram fechados; o excedente de US\$15 bilhões de investimentos pela Petrobrás, no período de 1973 a 1984, unicamente em exploração e produção, sobre a média de US\$142 milhões por ano, entre os anos 1970 e 1973, para aumentar sua produção de 170 mil para 600 mil barris por dia, tem-se um total de US\$103 bilhões, que constituía a nossa dívida no início da Nova República.

Em 1964, o total das exportações brasileiras era de cerca de 1.43 bilhões de dólares, 53% desse valor proporcionados pela exportação de café. Durante os vinte anos anteriores crescera de 0.6 para 1.4 bilhões de dólares. Os investimentos de subestrutura produtiva foram, nesse período, exíguos e não permitiram a qualquer dos grandes setores produtivos do Brasil crescer o

suficiente para suprir, satisfatoriamente, o mercado interno e produzir excedentes exportáveis. A lista de importações era variadíssima e largamente abrangente e os déficits na balança comercial permanentes.

Após 1964, iniciaram-se os grandes investimentos, alguns dos quais foram mencionados na primeira parte deste artigo. Em pouco menos de vinte anos, mais de cem bilhões de dólares foram investidos em mecanismos produtivos de toda a sorte. O Brasil tornou-se outro país. Os jovens de hoje não conheceram o Brasil antes dessa transformação e dificilmente podem dar valor ao que aconteceu. Já se tornou clichê dizer que o Brasil passou do 28º lugar na economia mundial para o 8º lugar. Mas isso é muito mais do que um clichê. Isso significa que o Brasil se tornou uma potência produtiva. Mudou inteiramente o seu espectro de produção e exportação que, de tal maneira, hoje a exportação de semi-manufaturados e manufaturados excede, largamente, a exportação de produtos primários, embora esta tenha crescido, também, enormemente. A exportação total do Brasil em 1989 deverá ultrapassar 32 bilhões de dólares. Somente a produção de autopeças para a indústria automobilística mundial está estimada em 2.4 bilhões de dólares, o equivalente a quase cinco vezes a exportação de café em 1964. O saldo comercial tem-se mantido nos últimos anos na ordem de 12 bilhões de dólares por ano. Aí está o retorno dos investi-

mentos feitos. O que estamos pagando aos bancos estrangeiros é o preço dos mecanismos produtivos que possibilitaram esse enorme avanço econômico.

Pedimos dinheiro aos bancos. Bancos, porém, não têm dinheiro próprio. O dinheiro que emprestam é dinheiro de depositantes e, no caso de bancos oficiais, é dinheiro dos pagadores de impostos de outros países. Nem uns nem outros têm obrigação de pagar os investimentos brasileiros. É certo que o pagamento da dívida constitui enorme sacrifício para o Brasil, mas não podemos nos recusar a pagar. O que devemos fazer é negociar. Temos base para isso. Grande parte dos créditos dados ao Brasil não se originaram só de solicitações do Brasil. Foram "empurrados" pela goela abaixo de um Brasil em crise financeira por governos e empresas estrangeiros ansiosos por manter bom nível de emprego em seus países, ainda que assumindo grandes riscos em seus financiamentos. Para tais países é preferível um baixo nível de desemprego e todos os benefícios políticos e econômicos que daí derivam do que o recebimento certo e pontual de seus empréstimos. O seguro-desemprego na Europa garante ao desempregado quase o mesmo salário que ganhava em sua categoria profissional. Quando o número de desempregados sobe a milhões (índices de 8% de desemprego em países como a França e a Inglaterra com 56 milhões de habitantes cada um), tudo torna-se vá-

lido para criar empregos, inclusive fazer empréstimos a países de crédito inseguro.

Tudo isso é dito para lembrar aos brasileiros que a dívida externa não é nenhuma calamidade nem fruto de grandes erros, pois dela resultaram enormes benefícios. Estes, porém, embora usufruídos pelos brasileiros, são esquecidos. Raramente são citados. Só se fala na dívida.

Temos ouvido, freqüentemente, mesmo de altas autoridades (que deveriam saber avaliar melhor essa questão), a declaração de que o Brasil se tornou um país exportador de capital. Obviamente, essa é uma apreciação unilateral da questão. O Brasil comprou, com financiamento estrangeiro, enorme quantidade de bens e serviços. Se comprou bem ou mal é outra questão. Se comprou mal, o fez por incompetência e a culpa é, inteiramente, sua. O fato é que todos os bens e serviços adquiridos estão provendo retorno interno e externo — crescimento do PIB, emprego, exportações — para o Brasil, retornos estes que não existiriam se não houvesse a dívida. Na verdade, o que estamos enviando para o estrangeiro, a famosa exportação de capital, é apenas uma fração do retorno total de todos os investimentos feitos. Não é esta a prática habitual em todos os investimentos financiados: pagá-los com o retorno que proporcionam? O Brasil não é, assim, um país exportador de capital. É, simplesmente, um país que está pagan-

do aquilo que comprou a prestações. Os pronunciamentos contrários a esse ponto de vista ou são de má-fé, para envenenar o espírito da nação, ou são produto de superficialidade no exame do problema.

Podemos negociar uma moratória ou renegociar a dívida. Há base para tudo isso.

Ao nível atual de nossas exportações, é possível separar-se US\$10 bilhões por ano para o serviço da dívida. Ainda assim, poderemos aumentar, consideravelmente, a poupança interna do Brasil, aplicando-a em investimentos reprodutivos, criar numerosos empregos, também reprodutivos, e melhorar, sensivelmente, a situação do povo.

Para isso, temos que estancar a enxurrada de dinheiro gasto no pagamento de despesas inteiramente improdutivas, adotar o que o Governo Figueiredo chamou de “uma economia de guerra”. Só assim formaremos capital interno e nos liberaremos, pouco a pouco, da necessidade de empréstimos externos.*

Em 1870, após a vitória de Sedan, Bismark impôs à França indenizações de guerra de cinco bilhões de francos, com o intuito de liquidá-la economicamente por algumas dezenas de anos. Os franceses, com um esforço supremo e com o patriotismo que sempre os caracterizou, em três anos saldaram a divi-

* A idéia não exclui o capital de risco estrangeiro, sempre bem-vindo, quando inserido em nosso esforço de desenvolvimento.

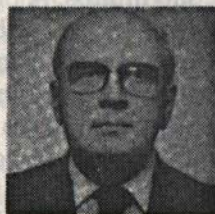
da. Barbosa Lima Sobrinho, em artigo no *Jornal do Brasil* enfatizou que cada país tem que criar seu próprio capital. Assim fizeram as grandes nações de hoje. O Brasil tem que fazer o mesmo. Tem que poupar para, simultaneamente, saldar a dívida e constituir seu próprio capital.

Em artigos passados sugeri uma fórmula que na época não foi aceita, mas que, com os necessários ajustes, poderia constituir solução para a dívida externa. Teríamos que declarar aos nossos credores que o Brasil pode dispor, no máximo, de US\$10 bilhões por ano para cuidar da dívida. E isso dentro das seguintes condições: 10% dessa quantia para a amortização do principal; o restante para o pagamento de juros. Caberia aos nossos credores enten-

derem-se sobre como dividir este butim. Haveria diversos aspectos positivos: reafirmaria a posição do Brasil de reconhecer e desejar pagar sua dívida, estabeleceria um fim previsível para sua liquidação e permitiria ao Brasil livrar-se, de vez por todas, desse "garrote vil".

Obviamente, haveria forte oposição dos credores, mas é preciso lembrar que um grande devedor tem quase tanto ou o mesmo poder quanto um grande credor.

Isto causaria, provavelmente, a negação de novos empréstimos ao Brasil para pagamento de juros. Mas isto é, exatamente, o que precisamos: a negação desses empréstimos para que o Brasil se compenetre de que tem que gerar seus próprios recursos e livrar-se dessa seqüência infundável de empréstimos.



O Professor Benjamin Aguiar de Medeiros é engenheiro civil-eletricista, dedicando-se, como atividade principal, ao projeto e fabricação de equipamentos eletrônicos e ferroviários. É presidente da firma Fonseca Almeida Comércio e Indústria S.A. O estudo ora publicado data de março do corrente ano, mas continua perfeitamente válido como uma abalisa da contribuição para o grande debate econômico em curso no País.